



**POLÍTICA INSTITUCIONAL DE  
INFRAESTRUTURA E  
RECURSOS TECNOLÓGICOS  
FACULDADE SUPREMO  
REDENTOR – FACSUR**

**POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS  
TECNOLÓGICOS  
FACULDADE SUPREMO REDENTOR – FACSUR**

**APRESENTAÇÃO**

A Política Institucional de Infraestrutura e Recursos Tecnológicos da Faculdade Supremo Redentor – FACSUR constitui instrumento estruturante da governança institucional, concebido não apenas para disciplinar a organização física e tecnológica da instituição, mas sobretudo para assegurar que tais dimensões estejam permanentemente alinhadas às finalidades acadêmicas, à qualidade do ensino ofertado e às exigências contemporâneas da educação superior.

A FACSUR adota como premissa que a infraestrutura institucional ultrapassa a concepção tradicional de suporte operacional, sendo compreendida como elemento constitutivo da própria experiência acadêmica, na medida em que os espaços de aprendizagem, os ambientes pedagógicos e os recursos tecnológicos disponíveis influenciam diretamente a forma como o conhecimento é produzido, mediado e apropriado pelos estudantes. Nesse sentido, a infraestrutura deixa de ser percebida como componente acessório e passa a ser reconhecida como fator determinante da qualidade acadêmica e da efetividade dos processos formativos.

Essa compreensão impõe à instituição a necessidade de superar modelos reativos, baseados apenas em correções pontuais ou adequações circunstanciais, para adotar uma lógica estruturada de planejamento contínuo, gestão sistemática e avaliação permanente da infraestrutura. A política, portanto, organiza um modelo institucional no qual a provisão, manutenção, atualização e expansão dos espaços e recursos tecnológicos são conduzidas de forma integrada, articulando planejamento estratégico, execução técnica qualificada e monitoramento institucional.

Ao instituir esta política, a FACSUR estabelece um compromisso institucional com a construção de ambientes acadêmicos que não apenas atendam aos requisitos mínimos de funcionamento, mas que sejam pedagogicamente adequados, tecnologicamente atualizados, acessíveis,

seguros e capazes de acompanhar o desenvolvimento institucional, assegurando condições efetivas para a realização das atividades de ensino, extensão e iniciação científica com qualidade e consistência.

### **FUNDAMENTAÇÃO E VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL**

A Política Institucional de Infraestrutura e Recursos Tecnológicos encontra sua fundamentação nas diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da FACSUR, nas orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e na concepção institucional de qualidade acadêmica baseada na integração entre planejamento, execução e avaliação.

Sua construção não se dá de forma isolada ou autônoma, mas decorre da articulação entre diferentes programas institucionais que, conjuntamente, estruturam o sistema de gestão da infraestrutura e dos recursos tecnológicos. Essa articulação assegura que a política não se limite a diretrizes abstratas, mas se materialize em práticas institucionais efetivas, organizadas e permanentemente monitoradas.

Nesse contexto, o Programa de Manutenção e Expansão da Infraestrutura assume papel central, ao estabelecer as bases para o planejamento físico institucional, a adequação dos espaços acadêmicos e a ampliação da capacidade instalada, garantindo que o crescimento institucional ocorra de forma ordenada e coerente com as demandas acadêmicas. A atuação desse programa não se restringe à execução de obras ou adequações físicas, mas se insere em uma lógica de planejamento estratégico, na qual a infraestrutura é projetada para acompanhar a evolução dos cursos e das práticas pedagógicas.

De forma complementar, o Programa de Manutenção, Aquisição e Expansão de Equipamentos estrutura a gestão dos recursos materiais necessários ao funcionamento das atividades acadêmicas, organizando o ciclo de vida dos equipamentos, desde sua aquisição até sua substituição, e assegurando que estes permaneçam adequados às exigências pedagógicas e tecnológicas. Essa atuação é fundamental para garantir que a infraestrutura não apenas exista, mas funcione de forma eficiente e atualizada.

A política integra-se, ainda, ao Programa de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico, que assegura suporte informacional às atividades acadêmicas, e ao Programa de Segurança da Informação, que garante a integridade e a disponibilidade dos sistemas institucionais, evidenciando que a

infraestrutura institucional envolve não apenas espaços físicos, mas também ambientes digitais e informacionais.

No plano da governança, a política articula-se com o sistema de avaliação institucional, especialmente por meio da Comissão Própria de Avaliação – CPA, que produz dados e indicadores que permitem avaliar a adequação da infraestrutura e orientar decisões institucionais, assegurando que a gestão da infraestrutura seja orientada por evidências e não por percepções isoladas.

Essa rede de vinculação demonstra que a infraestrutura, na FACSUR, é tratada como sistema institucional integrado, no qual planejamento, execução e avaliação se articulam de forma contínua, garantindo coerência entre as condições estruturais da instituição e seus objetivos acadêmicos.

### **PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS**

A Política Institucional de Infraestrutura e Recursos Tecnológicos orienta-se por princípios que refletem a compreensão institucional da FACSUR acerca da infraestrutura como elemento estruturante da qualidade acadêmica e da responsabilidade institucional.

O princípio da centralidade da infraestrutura na qualidade do ensino estabelece que os ambientes acadêmicos e os recursos tecnológicos não apenas viabilizam, mas influenciam diretamente os processos de ensino-aprendizagem, exigindo que sua organização esteja alinhada às metodologias adotadas e aos objetivos formativos dos cursos.

O princípio do planejamento contínuo determina que a infraestrutura deve ser concebida a partir de projeções institucionais, considerando o crescimento dos cursos, a evolução das práticas pedagógicas e as transformações tecnológicas, evitando improvisações e assegurando desenvolvimento estruturado.

A adequação pedagógica constitui princípio fundamental, exigindo que os espaços acadêmicos sejam organizados de forma compatível com as atividades desenvolvidas, garantindo que laboratórios, salas de aula e ambientes de aprendizagem estejam alinhados às necessidades formativas.

O princípio da atualização tecnológica permanente reconhece que os recursos institucionais devem acompanhar as inovações tecnológicas, assegurando que a instituição permaneça alinhada às exigências contemporâneas da educação superior.

A sustentabilidade e racionalidade na gestão orientam o uso eficiente dos recursos institucionais, equilibrando expansão e manutenção, evitando desperdícios e garantindo viabilidade institucional.

A acessibilidade e inclusão asseguram que a infraestrutura seja organizada de forma a garantir acesso pleno a todos os usuários, respeitando as diferentes necessidades.

Por fim, o princípio da melhoria contínua estabelece que a infraestrutura deve ser permanentemente avaliada e aprimorada, assegurando evolução constante e aderência às demandas institucionais.

### **DIRETRIZES INSTITUCIONAIS**

A Política Institucional de Infraestrutura e Recursos Tecnológicos da FACSUR organiza-se a partir de diretrizes que não apenas orientam a atuação institucional, mas estruturam, em nível sistêmico, a forma como a instituição planeja, executa, monitora e aprimora continuamente suas condições físicas e tecnológicas, assegurando coerência entre o desenvolvimento acadêmico e a capacidade estrutural instalada.

A primeira diretriz estabelece que a infraestrutura institucional deve ser concebida em permanente articulação com o projeto acadêmico, de modo que a organização dos espaços, dos ambientes de aprendizagem e dos recursos tecnológicos não se limite a atender padrões genéricos, mas responda, de forma direta e qualificada, às especificidades dos cursos, às metodologias adotadas e aos objetivos formativos definidos nos Projetos Pedagógicos. Isso implica reconhecer que a infraestrutura deve evoluir conjuntamente com o ensino, acompanhando suas transformações e garantindo suporte adequado às práticas pedagógicas contemporâneas.

A segunda diretriz orienta a institucionalização de um modelo contínuo de manutenção da infraestrutura, estruturado a partir de ações preventivas, preditivas e corretivas, de modo a assegurar não apenas a funcionalidade dos espaços e equipamentos, mas também a sua conservação ao longo do tempo. Tal diretriz afasta a lógica de manutenção reativa, baseada em intervenções emergenciais, e estabelece uma cultura institucional de cuidado sistemático com os recursos, reduzindo riscos operacionais e garantindo estabilidade no funcionamento das atividades acadêmicas.

A terceira diretriz estabelece que a aquisição e atualização de equipamentos devem ser orientadas por critérios técnicos e pedagógicos, assegurando que os recursos disponibilizados estejam alinhados às necessidades reais dos cursos e às exigências das atividades acadêmicas. Isso significa que a decisão sobre aquisição de equipamentos não se baseia em critérios meramente administrativos, mas decorre de análise institucional que considera a pertinência pedagógica, a durabilidade, a atualização tecnológica e a integração com os ambientes de aprendizagem.

A quarta diretriz determina que a gestão dos recursos tecnológicos deve ocorrer de forma integrada, abrangendo não apenas a disponibilidade de equipamentos, mas também a estabilidade dos sistemas institucionais, a segurança da informação e a acessibilidade digital. Nesse sentido, a tecnologia é compreendida como componente essencial da infraestrutura acadêmica, exigindo planejamento, monitoramento e atualização contínuos, de modo a garantir confiabilidade e eficiência no suporte às atividades institucionais.

A quinta diretriz estabelece a avaliação permanente da infraestrutura como prática institucional obrigatória, assegurando que as condições físicas e tecnológicas sejam continuamente analisadas à luz de indicadores institucionais, da percepção dos usuários e das demandas acadêmicas. Essa avaliação não possui caráter meramente descritivo, mas orienta a tomada de decisão, permitindo identificar fragilidades, priorizar investimentos e promover melhorias de forma planejada.

A sexta diretriz orienta a expansão da infraestrutura institucional de forma planejada e sustentável, garantindo que o crescimento da instituição ocorra com base em critérios técnicos, pedagógicos e financeiros, evitando desequilíbrios entre oferta acadêmica e capacidade estrutural. Essa diretriz assegura que a expansão não seja resultado de demandas pontuais, mas de planejamento institucional consistente e alinhado ao desenvolvimento da FACSUR.

Por fim, a diretriz da acessibilidade estabelece que todos os espaços e recursos institucionais devem ser organizados de forma a garantir acesso pleno e equitativo a todos os usuários, integrando-se às políticas institucionais de inclusão e assegurando que a infraestrutura contribua efetivamente para a democratização do ensino superior.

## **GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

A governança da Política Institucional de Infraestrutura e Recursos Tecnológicos na FACSUR estrutura-se a partir de uma lógica sistêmica e integrada, na qual diferentes instâncias institucionais atuam de forma articulada, assegurando que a gestão da infraestrutura não se limite à execução operacional, mas se configure como processo estratégico, orientado por planejamento, evidências e avaliação contínua.

A Direção Acadêmica e Administrativa exerce papel central na coordenação da política, sendo responsável por assegurar o alinhamento entre as diretrizes institucionais, o planejamento estratégico e as demandas acadêmicas, garantindo que a infraestrutura esteja permanentemente adequada às necessidades dos cursos e às condições institucionais de funcionamento.

No plano operacional, os setores responsáveis pela gestão da infraestrutura atuam na execução das ações de manutenção, adequação e expansão dos espaços institucionais, estruturando procedimentos que garantam a funcionalidade, a segurança e a conservação dos ambientes acadêmicos. Essa atuação não se restringe à resolução de demandas pontuais, mas se insere em uma lógica de planejamento contínuo, na qual as ações são previamente organizadas e sistematicamente acompanhadas.

A gestão de equipamentos, por sua vez, organiza-se a partir do controle do ciclo de vida dos recursos, assegurando que a aquisição, a utilização, a manutenção e a substituição dos equipamentos ocorram de forma planejada e alinhada às necessidades institucionais. Esse processo garante que os recursos não apenas estejam disponíveis, mas permaneçam adequados ao longo do tempo.

A dimensão tecnológica da infraestrutura é gerida de forma integrada, assegurando o funcionamento dos sistemas institucionais, a estabilidade da rede, a proteção dos dados e a disponibilidade dos recursos digitais, elementos essenciais para o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA desempenha papel fundamental na governança da política ao produzir dados e indicadores que permitem avaliar a adequação da infraestrutura, enquanto os núcleos acadêmicos contribuem com a análise pedagógica das condições estruturais, assegurando que a infraestrutura esteja alinhada às práticas de ensino.

A operacionalização da política ocorre por meio de um fluxo institucional contínuo, no qual planejamento, execução, monitoramento e avaliação se articulam de forma cíclica, permitindo que a gestão da infraestrutura seja conduzida de maneira dinâmica, responsiva e orientada por resultados.

### **MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA**

O monitoramento da infraestrutura institucional na FACSUR é realizado de forma sistemática e contínua, permitindo o acompanhamento permanente das condições físicas, tecnológicas e operacionais dos espaços acadêmicos, bem como a identificação de necessidades de intervenção e aprimoramento.

A avaliação da infraestrutura não se limita à verificação de conformidade ou à descrição das condições existentes, mas incorpora análise aprofundada dos indicadores institucionais, da percepção dos usuários e da relação entre infraestrutura e qualidade acadêmica, permitindo compreender de que forma os ambientes institucionais impactam o processo de ensino-aprendizagem.

Os dados produzidos a partir desse processo são sistematicamente analisados e utilizados como base para a tomada de decisão institucional, orientando investimentos, priorização de ações e revisão de estratégias, assegurando que a gestão da infraestrutura seja orientada por evidências e não por decisões isoladas.

A melhoria contínua constitui elemento central da política, sendo compreendida como processo permanente de aperfeiçoamento das condições institucionais, no qual as informações produzidas pelo monitoramento e pela avaliação são incorporadas ao planejamento institucional, garantindo evolução constante e alinhamento às demandas acadêmicas.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

A presente Política Institucional de Infraestrutura e Recursos Tecnológicos possui caráter obrigatório e estruturante, devendo ser observada por todas as instâncias institucionais, tanto no âmbito acadêmico quanto administrativo, assegurando coerência entre planejamento, execução e avaliação das ações relacionadas à infraestrutura.

Sua efetividade depende da atuação integrada dos diferentes setores institucionais, bem como do compromisso com a gestão qualificada dos recursos, consolidando a infraestrutura como elemento central da qualidade acadêmica e da sustentabilidade institucional.

Os casos omissos serão analisados pela Direção Institucional, com base nas diretrizes estabelecidas nesta política e nas normativas institucionais vigentes, assegurando coerência decisória e alinhamento com os objetivos institucionais.